

## BOLSA FAMÍLIA: UMA POLÍTICA SOCIAL.

**Carmem Silvia Landim Ferreira<sup>1</sup>, Juliana Meneguetti<sup>2</sup>, Vanilda Fagundes<sup>3</sup>,  
Friedhilde M.K. Manolescu<sup>4</sup>**

<sup>1,2,3,4</sup> UNIVAP- Faculdade Ciências da Saúde Estrada Municipal do Limoeiro nº 250, Jardim Dora, Jacareí S.P– 12.305-810 silvia.landim@yahoo.com.br;  
julianameneguetti@yahoo.com.br;vanilda\_fagundes@yahoo.com.br; frida@univap.br.

**Resumo**–Este trabalho analisa a natureza e as principais características dos instrumentos de política social denominado Bolsa Família, implantado pelo Estado em outubro de 2003 com a perspectiva de combater a pobreza, e a fome no país, promovendo justiça social, melhorando a qualidade de vida, e reduzindo as desigualdades. O trabalho analisa e destaca alguns dos aspectos contidos na estrutura organizacional do programa, como as condições de acesso ao programa, as responsabilidades dos beneficiados, assim como os critérios de inclusão e mecanismos de seleção. O Bolsa família foi introduzido com a denominação Fome Zero e mais tarde com a incorporação de mais quatro programas de transferência de renda, passou a ser chamado de Bolsa Família. Atende-se 10.937.122 famílias brasileiras sendo que os maiores números de famílias beneficiadas encontram-se no Estado da Bahia.

**Palavras-chaves:**Política Social, Fome zero, Questão Social e Bolsa Família.

**Área do conhecimento:**VI Ciências Sociais Aplicada.

### Introdução

O Brasil vem apresentando programas emergenciais, direcionado para a população carente de recursos em busca de suprir a sua necessidade básica. Com esta finalidade as políticas sociais vêm sendo implantadas a fim de resgatar o cidadão desse quadro.

Dê um ângulo bem geral, no âmbito das ciências sociais, a política social é entendida como modalidade de política pública, e, pois, como ação do governo com objetivos específicos. Essa definição parece óbvia e um tanto vago, ou seja, a política social, como qualquer política pública pode ser produzida sob distintas estruturas legais e institucionais, em distintos contextos, sistemas e regimes políticos, como resultantes de pressões sociais mais ou menos organizadas e mais ou menos representativas da sociedade como um todo.

Política social pode ser considerada também como estratégia, que em alguns casos se tornam leis emanadas pelo governo, entre elas poderíamos citar os auxílios e benefícios que são destinados às pessoas que pelo fato de não reunirem

condições para se manterem, necessitam de recursos, justamente para satisfazer suas privações, são pessoas consideradas pobres. A pobreza não pode ser definida de forma única e universal, para Hoffmann (1998) apresentou duas formas de definir a pobreza. A primeira baseada na disposição de informação sobre renda das pessoas. O autor considera pobres todas as pessoas cuja renda for igual ou menor de que um valor pré-estabelecido, denominado linha da pobreza. A segunda implica na determinação em quem é pobre (grau de pobreza) mediante manifestações ou conseqüências, como as condições inadequadas de habitação, a mortalidade infantil, a desnutrição, etc. “Contudo podemos afirmar que se referem às situações de carências em que os indivíduos não conseguem manter ou estabelecer padrões mínimos de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico” Barros (2000).

A pobreza pode ser vista como uma condição coletiva dos países pobres, gerada por uma política neoliberal.

### Metodologia

Este trabalho é resultado de uma pesquisa descritiva, qualitativa com base em sites, livros e periódicos relacionado com o tema.

## Resultados

A pobreza aqui é considerada como insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias inferiores ao nível necessário para que possamos satisfazer nossa necessidade básica. A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em família com renda per capita abaixo da linha da pobreza, é a distancia entre a renda per capita de cada família pobre e a linha da pobreza. A estratégia da redução da pobreza solicita o crescimento de renda per capita ou a distribuição mais igualitária de renda, com uma combinação política que estimulem o crescimento econômico e diminuam a desigualdade, a princípio, aparenta conceder mais eficácia e velocidade ao processo de combate à pobreza.

Com a exclusão social, o indivíduo cria uma dependência e a incapacidade de participar na sociedade, políticas sociais como a bolsa família pode ser a oportunidade de o cidadão reconquistar o seu direito.

As políticas sociais se estabelecem como forma de mediação que depende do movimento político econômico e social. As políticas sociais vieram potencializar ações e otimizar recursos - materiais e humanos no combate a todo tipo de desigualdade social.

Nos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, o reordenamento da economia e das contas públicas adquiriu prioridade, como condição para o crescimento econômico e políticas de bem estar social. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva começou colocando em primeiro lugar, em sua agenda a questão da fome, dramatizando a importância da questão social. A questão social vista no atual contexto vem dando ênfase aos projetos sociais.

A primeira conquista nesse sentido foi à criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ainda no primeiro mandato do Presidente Lula, no início de 2004. O Ministério, voltado, sobretudo, para combate à fome e a pobreza no país, reúne, em sua origem, três áreas até então tratadas separadamente: Segurança Alimentar; Assistência social e Transferência de renda. Essa proposta de organização de políticas sociais nessas áreas permitiu integrar o direito a alimentação com outros direitos sociais, e permitiu, também, estruturar e viabilizar o Fome Zero como uma estratégia de governo voltada para facilitar o acesso à alimentação, especialmente para os mais carentes. Parte de uma concepção integrada de políticas pública social envolvendo e articulando ações e políticas de 11 ministérios, uma abordagem necessária e urgente, porque a Fome e a pobreza no país não são problemas pontuais, são estruturais.

O programa Bolsa Família (PBF), surgiu da unificação de quatro dos diversos programas de transferência de renda existentes que eram: bolsa escola, bolsa alimentação, auxílio-gás e o cartão alimentação, a unificação desses programas segundo a lei que criou o Programa Bolsa Família (PBF), “visa melhor a gestão e aumentar a efetividade do gasto social através da otimização e racionalização, ganhos de escala e a facilitação da interlocução do Governo Federal com estados Municipais”(Brasil 2006) este programa propicia um complemento para famílias com renda per capita entre R\$ 60,00 á R\$ 120, 00, o benefício mensal é de 50, 00, podendo esse valor variar de acordo como numero de crianças menores de 16 anos e gestante que reside dentro da casa.

Por se tratar de um programa de transferência condicionada de renda, existem requisitos para se beneficiar, que são: a frequência regular escolar; acompanhamento de criança desnutrida; atualização do cartão de vacinação; incluindo a participação dos adultos em curso profissionalizante e de alfabetização e a realização de pré-natal. O objetivo do programa, de acordo com os argumentos do presidente Lula e de sua equipe é fazer com que o Bolsa-Família inaugure espaços em que as pessoas mais pobres devam lutar por seus direitos mais básicos e também para possibilitar uma autonomia pessoal e política’.

O Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil atinge os seguintes números indicados abaixo:

Tabela 01: Municípios e Famílias atendidas

	Qtde. municípios	Qtde.família atendida
AC	22	57.260
AL	102	356.072
AM	62	222.027
AP	16	39.912
BA	417	1.413.291
CE	184	896.415
DF	1	37.380
ES	78	184.933
GO	246	259.502
MA	217	739.531
MG	853	1.056.347
MS	78	109.614
MT	141	130.511
PA	143	537.276
PB	223	414.161
PE	185	913.316
PI	223	368.924
PR	399	395.177
RJ	92	494.543
RN	167	299.593
RO	52	96.908
RR	15	33.771

RS	496	398.707
SC	293	128.776
SE	75	184.203
SP	645	1.061.839
TO	139	107.133
<b>5.564</b>		<b>10.937.122</b>

Fonte: IBGE-2008

Os valores referentes à tabela denotam que o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda já criado no Brasil, presente em 11 milhões de lares pobres, em todos os 5.564 municípios brasileiros. Somando o Bolsa Família e os programas remanescentes, de 2003 até fevereiro de 2007 a transferência de renda atingiu R\$ 24,6 bilhões.

O potencial integrador das políticas depende da articulação de todos os agentes envolvidos, exigindo um maior entrosamento entre os setores do governo. É necessário que Estados e Municípios que participam e integram essa rede de proteção e promoção social, como parceiros, também tratem as políticas sociais como prioridade, direcionando a formação dos sistemas de políticas sociais, agilizando a adesão ao Suas (Sistema Único de Assistência Social).

Outra grande conquista foi à lei nº10. 835 de oito janeiro 2004, sancionada em 2005, Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências, “é uma renda individual paga incondicionalmente a todos os cidadãos. É distribuída pelo governo de forma igualitária, não importando o poder econômico ou disposição para o trabalho de quem recebe. A retribuição representa um dividendo das riquezas produzidas por toda sociedade” Eduardo Suplicy, 2004”.

O Brasil é o segundo país a instituir o renda básica só ficando atrás do Alasca, onde observa-se que o programa propiciou uma distribuição igualitária de renda obtendo um nível de crescimento, merecedor de destaque.

## Discussão

Um das mais complicada tarefa enfrentada pelo Programa Bolsa Família (PBF) é a construção de critérios, meios de seleção, e o processamento das famílias participantes, o foco do programa é a pobreza e criteriada, por renda per capita, porém ela não pode ser considerada o único critério, pois segundo Mônica sena “A definição arbitrária de um valor per capita muito baixo tende a impossibilitar a inclusão de famílias que, apesar de situadas e em uma faixa de renda um pouco a cima do valor definido, encontra-se em situação de pobreza”

Outro aspecto a ser salientado, seria o Marketing político que o Fome Zero, e agora Bolsa-Família, trouxe para o Governo Federal, segundo Moura “O Bolsa – Família adquiriu uma dimensão simbólica,

imprescindível ao Marketing reeleitoral do presidente Lula, visto difundir a idéia de que esse é um governo que faz pelos pobres mais do que outro que o antecedeu na história do país”.

Uns dos vieses que esse programa traz é a possibilidade de desenvolvimento para o cidadão Brasileiro, e para o país, em um nível econômico, a obtenção de vantagens adquiridas pelo acesso da população a bens, que sem o Bolsa Família, não poderiam adquirir.

## Conclusão

O Bolsa-Família oferece de R\$ 15,00 a R\$ 95,00 para 9 milhões de famílias brasileiras, com certas condicionantes onde se destacam-se a obrigatoriedade em manter as crianças nas escolas e as vacinas em dia.

Apesar dos milagres prometidos nas campanhas eleitorais, a miséria não consegue ser erradicada num mandato de quatro anos. Coerente com essa avaliação, o Bolsa-Família funciona como uma perspectiva de longo prazo. O programa dá o auxílio - pois o dinheiro serve para aliviar a situação de urgência-, mas também exige que as condicionantes sejam cumpridas, ao exigir a manutenção das crianças na escola. Isso faz uma diferença enorme, porque a deficiência de educação é a principal explicação para a manutenção da desigualdade, pois impede que essas pessoas tenham acesso a cargos melhores, salários mais altos ou sucesso em seus empreendimentos, impedem, enfim, que muitos saiam da pobreza.

Ressalta-se que as políticas sociais encontram-se hoje em processo de ampliação, em virtude das questões sociais emergentes de cada país, porém, elas podem ser mascaradas como processo de manipulação dos políticos tendo em vista a complexidade da questão social e a histórica fragilidade do Estado brasileiro em dar respostas eficazes e efetivas a população.

O Bolsa Família constituiu-se numa política social, o seu público alvo, o cidadão Brasileiro carentes e sem quase nenhuma experiência histórica, associativa de luta e de direitos, encontra no bolsa família uma renda a mais, para a melhoria da sua condição básica de vida. Podendo ser reduzida e ou retirada a qualquer momento, mediante aos interesses do Governo ou, ao não compromisso assumido na obtenção do benefício. Nesse contexto observa-se a implementação da renda básica onde o governo busca redistribuir de forma igualitária, uma renda de forma individual e sem condicionantes.

São muitos os desafios que ainda se interpõem nessa direção, mas observa-se que o primeiro passo foi dado, e resta a cada um dos Brasileiros acompanharem e cobrar os seus direitos.

## Referências

- Barros, R. P. Desigualdade e Pobreza no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, 2000.
- Camargo, M.C.O. Bolsa Família é um Programa Assistencialista?. Brasília 2006. [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br). Acesso em 23/04/2008.
- Filgueiras, L.G.D. política Social Focalizada e Ajuste Fiscal: As Duas Faces do Governo Lula. Revista Katálysis. V.10 n.1 Florianópolis, jan./jun. 2007. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 24 de abril de 2008.
- Hoffman, R. Distribuição de Renda, Medidas de Desigualdades e Pobreza. São Paulo. Ed. Edusp. 1998.
- Ministério de Desenvolvimento Social, Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec). Brasília 2008, disponível em: <http://www.beneficiosociais.caixa.gov.br>. Acesso em 23 de abril de 2008.
- Moura, P.G.M. Bolsa Família: Projeto Social ou Marketing Político?. Revista Katálysis. v. 10, n.1, Florianópolis, jan./jun. 2007. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 23 de abril de 2008.
- Suplicy, E. M. Renda Básica de Cidadania - A Saída é Pela Porta. 3. ed. São Paulo: Cortez. Ed. Cortez. 2004.
- Tiezzi, S. A Organização da Política Social do Governo Fernando Henrique. Perspec. V. 18, n. 2, São Paulo Apr/June 2004. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 28 de abril de 2008.
- Yasbek, M.C. O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras. Perspec. V. 18, n.2, São Paulo, Apr/June 2004. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 28 de abril de 2008.